



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 818/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2360/2013 (02 Volumes).

Apensos: Processos nº 2358/2013 (02 Volumes) ; 2349/2013 (14Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Recursos Supervisionados pela SEMEF.

4- Exercício: 2012.

5- Responsáveis: Sr. Alfredo Paes dos Santos, Ordenador de Despesas dos Recursos Supervisionados pela SEMEF, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD-MA – Informação nº 191/2014 (fls. 364/367).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1311/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 371/402).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Recursos Supervisionados pela SEMEF. Exercício de 2012.

*Contas Regulares com Ressalvas. Quitação.
Determinações à Atual Administração.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **á unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas dos Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Tecnologia da Informação – SEMEF, exercício de 2012, sob responsabilidade do Sr. **Alfredo Paes dos Santos**, Secretário e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do artigo 1º e inciso II do artigo 22 da Lei estadual nº 2.423/96, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei estadual nº 2.423/96;

9.2- Determinar à atual administração da Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Tecnologia da Informação – SEMEF, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei estadual n.º 2.423/96, que:

9.2.1- adeque a contabilização dos recursos transferidos e aplicados no FUNGEP;

9.2.2- apresente a prestação de contas do FUNGEP, considerando tratar-se de uma unidade contábil conforme disposto na Lei municipal nº 1.333/2009

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 818/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10-Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 27 de Setembro de 2016.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Redator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral